CONTRATO PARA A GESTÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC) DO GRUPO DE AÇÃO LOCAL (GAL) GAL URBANO – PORTO OCIDENTAL

Considerando que:

i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.

ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.

iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.

iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, potenciar a experiência de ciclos de programação anteriores na promoção de abordagens integradas de cariz *bottom-up*, promovidas pelas comunidades locais, com especial destaque para a abordagem LEADER, através da mobilização do instrumento regulamentar Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

v. Ainda segundo o Acordo de Parceria, o instrumento DLBC pretende dar resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de

exclusão social em territórios desfavorecidos em contexto urbano e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.

vi. O instrumento DLBC, nos termos definidos no artigo 66.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, corresponde à materialização das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) que se pretendem integradas e multissetoriais para a promoção do desenvolvimento local e que se destina a responder aos objetivos e necessidades de um determinado território, sendo concebidas e executadas pelas comunidades locais organizadas em Grupos de Ação Local (GAL).

vii. O processo de lançamento do instrumento DLBC envolveu duas fases, organizadas através de concurso e convite conjuntos das Autoridades de Gestão envolvidas no financiamento deste instrumento, que integraram a respetiva Comissão de Avaliação: a primeira fase, através de concurso, relativa à pré-qualificação das parcerias e a segunda fase, através de convite, relativa à seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL).

viii. A seleção da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e o reconhecimento do GAL Urbano – Porto Ocidental foi concluído em 23 de novembro de 2015, por decisão da Comissão de Avaliação constituída para o efeito.

é celebrado o presente contrato entre:

A **Primeira Outorgante**, Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020, neste ato representada pelo Presidente da Comissão Diretiva, Emídio Gomes, nos termos previstos no n.º 2 do mapa VI da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 11 de dezembro, publicada no Diário da república, 1.ª Série, n.º 242, de 16 de dezembro de 2014 e no Despacho n.º 10583/2013, de 14 de agosto, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;

E,

O **Segundo Outorgante** Grupo de Ação Local Urbano - Porto Ocidental (Porto Ocidental) neste ato representado pela Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro – ADILO, que outorga na qualidade de Entidade Gestora, pessoa coletiva nº 503494631, com sede no

Bairro de Lordelo Bl.15 Subcave 4150 – Porto, neste ato representada por Carla Sofia Soares Maia, na qualidade de Presidente da Direção;

O presente contrato rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos anexos, que dele fazem parte integrante:

Cláusula 1ª

Objeto

O contrato para a gestão da estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), adiante designado de contrato, é celebrado ao abrigo do artigo 66º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que a Autoridade de Gestão do Norte 2020 apoia a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), nos termos do Anexo 1, acordada com a DLBC Porto Ocidental, e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar no território constante do Anexo 2.

Cláusula 2ª

Dotação financeira

Para o financiamento da EDL, a Autoridade de Gestão do Norte 2020 assegura para o período de vigência um apoio de 1.237.500 euros FEDER e de 2.062.500 euros FSE, que totalizam um montante de 3.300.000 euros para comparticipar os projetos enquadrados nas tipologias de ação das prioridades de investimento previstas no Anexo 3.

Cláusula 3ª

Metas, resultados, acompanhamento e avaliação

1. O GAL Porto Ocidental compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às medidas e tipologias de operações/prioridades de investimento contratualizadas, previstas no Anexo 3.
2. Nos termos do n.º 9 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o contrato é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em

sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas.

3. A DLBC Porto Ocidental, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.

4. De forma autónoma à avaliação referida no número 2 da presente cláusula, o GAL Porto Ocidental compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do contrato, a concluir até ao final do primeiro trimestre de 2019, com referência a 31 de dezembro de 2018.

Cláusula 4ª

Vigência

O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorar o Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 e não for denunciado por algum dos subscritores, nos termos acordados na adenda ao contrato.

Cláusula 5ª

Elementos integrantes do contrato

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da DLBC Porto Ocidental, serão objeto de adenda ao presente contrato, a outorgar com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020.

2. No caso da delegação de competências enquanto organismo intermédio pela Autoridade de Gestão do Norte 2020, ocorrerá na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.

3. Fazem ainda parte integrante do contrato os seguintes anexos:

Anexo 1: EDL aprovada pela Comissão de Avaliação

Anexo 2: Território de intervenção

Anexo 3: Quadro de financiamento por Fundo e Prioridade de Investimento/ Medida e Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

Vila do Conde, em 15 de fevereiro de 2016

Feito em duplicado, a presente Contrato é assinado pelas Partes Outorgantes valendo os dois exemplares como originais.

Pelo primeiro Outorgante, o Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020

Emídio Gomes

Pelo segundo Outorgante, O Grupo de Ação Local Urbano - Porto Ocidental

Carla Sofia Soares Maia

Anexo 1

Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-077

Caracterização do Promotor

Aviso

Código

DLBC-99-2015-02

Designação

DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 27/11/2015

Programa Operacional

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF

503494631

Nome ou Designação Social

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE LORDELO DO OURO

Morada (Sede Social)

R DE SERRALVES 10

Código Postal

4150-000

Localidade

PORTO

NUT III

Área Metropolitana do Porto

NUT II

Norte

Telefone

226187106

E-mail

adilo@iol.pt

Telefax

URL

Tipologia de Beneficiário

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável

Agostinho Rodrigues

Cargo Responsável

Director Executivo

Serviço/Departamento

Direção

Telefone Responsável

226187106

Telemóvel Responsável

916829001

Email Responsável

adilo@iol.pt

Email Alternativo

agostinhosilvestre@sapo.pt

Experiência da Parceria

Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento
[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quandros anteriores, incluíndo os resultados alcançados]

O DLBC Porto Ocidental, é composto por 43 organizações, integrando entidades públicas, do setor privado e do Terceiro Setor.
O conjunto de organizações que se encontram na parceria intervém em diferentes áreas, nomeadamente: do emprego, formação, educação, saúde, proteção e ação social, entre outros. É igualmente relevante o fato de muitas delas desenvolverem trabalho de base territorial e comunitária.
Da experiência da parceria na implementação de programas/projetos de desenvolvimento, destacamos desde logo a experiência da ADILO (entidade gestora) em matéria de conceção e implementação de projetos financiados por fundos comunitários, bem como no âmbito da dinamização e constituição de parcerias.
A Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro (ADILO) tem centrado a sua intervenção em diversas áreas, nomeadamente o emprego e formação, apoio psicossocial a crianças, jovens, adultos e famílias, promoção da cidadania, prevenção do consumo de substâncias psicoactivas, etc. Seguem-se alguns exemplos de projetos de relevância desenvolvidos no âmbito das áreas de intervenção da EDL: Iniciativa Equal, CLDS, Metas E5G, CCLO.
Desta parceria fazem parte outras entidades que atuam estratégicamente nas áreas de intervenção do DLBC: Na área do emprego/ formação destacam-se entidades como CESAE, ANE, Modatex, Psiporto, na prossecução de projetos comunitários, nomeadamente no terceiro quadro comunitário de apoio (QCA III) e no último Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) 2007-2014.
De referenciar os seguintes projetos: Ações Integradas Base Territorial– Projeto FAVOS, EQUAL,FORDESQ, FORAL, THESEE, InovJovem, PMETic, FEG - Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, Projeto Move e PMe, Projeto E-veste; Projeto em Parceria, Desenvolvimento de Estudos e Recursos Didáticos, Vales Inovação e Internacionalização; Projetos de Empreendedorismo no Feminino; Projeto de Formação para Adultos (EFA e UFCD).
A A3S, em particular, possui experiência na dinamização de trabalho em rede com a RESIT - Rede Empresas Sociais Inserção pelo Trabalho e ENSIE - European Network of Social Integration Enterprises.
O CEFPI integrou a parceria no CLDS de Aldoar e também no CLDS de Lordelo do Ouro e integra ainda o CLAS do Porto, de Gaia e de Valongo. É membro de estruturas representativas dos Serviços do 3º Sector, nacionais (FORMEM) e Transnacionais (EASPD).
Na área da educação destacam-se os Agrupamentos de Escolas Infante D. Henrique, Agrupamento de Escolas Leonardo Coimbra Filho e o Agrupamento de Escolas Manuel de Oliveira,
Os Agrupamentos de Escolas Manuel de Oliveira e Leonardo Coimbra Filho, classificados como TEIP, têm desenvolvido ao longo de anos consecutivas ações de intervenção nas escolas e na comunidade promovendo a qualidade do percurso e dos resultados escolares dos alunos, a redução do abandono e insucesso escolar e a transição da escola para a vida ativa. Um dos projectos desenvolvidos foi Programa Escolhas ,os PIEF e o Mais Sucesso Escolar.
A Associação de Ludotecas do Porto foi entidade coordenadora do CLDS de Aldoar assumindo estratégias de desenvolvimento local a vários níveis, nomedamente ao nível do Emprego, Formação/Qualificação e Intervenção Social e Familiar.
A Rede Inducar é uma organização internacional para a promoção da educação não formal e da integração social, que atua em contexto de redes e parcerias. Desenvolveu recentemente o Programa de Intervenção de Interpares da Fundação Calouste Gulbenkian.
O Instituto Politécnico do Porto, através da Escola Superior de Educação foi pioneiro na organização e gestão da formação graduada na área da educação de adultos, mantendo em funcionamento este curso desde 1989 e tem desenvolvido até à data inúmeros projetos de intervenção e inovação orientados para o desenvolvimento comunitário, que envolveram parceiros internacionais e entidades da região tais como: autarquias, associações, museus, escolas dos tres níveis de ensino, IPSS, entre outras.

Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
500704597	UNINORTE - UNIÃO COOPERATIVA POLIVALENTE DA REGIÃO NORTE CRL	21/07/1977	29/07/1977	85591	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)

500876959	CENTRO SOCIAL DA FOZ DO DOURO	16/08/1966	16/08/1966	85100	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501082522	UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA	15/07/1971	01/06/1987	85420	Fundações Privadas
501181911	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE MASSARELOS	20/04/1976	20/04/1976	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501679529	COFAC - COOPERATIVA DE FORMAÇÃO E ANIMAÇÃO CULTURAL, CRL	06/05/1986	16/10/1987	85420	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
501700951	Centro Social e Paroquial Santíssimo Sacramento	15/03/1983	15/03/1985	85100	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501868097	ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO DO BAIRRO DO ALEIXO	14/12/1981	14/12/1981	88910	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501893326	ASSOCIAÇÃO DE LUDOTECAS DO PORTO (A.L.P.)	25/03/1987	25/03/1987	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
501950044	Centro Social da Paróquia Nª Srª Ajuda				

502162627	ACADEMIA JOSE MOREIRA DA SILVA-COOPERATIVA DE ESTUDOS DE ECONOMIA SOCIAL CRL	30/12/1988	03/04/1989	85320	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
502266643	FUNDAÇÃO DE SERRALVES	22/07/1989	22/07/1989	91020	Fundações Privadas
502410094	A. N. E. - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESÁRIAS	20/08/1990	20/08/1990	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
502716177	NORTE VIDA - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE	19/12/1991	06/08/1992	87200	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
502866896	EAPN - REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA/PORTUGAL, ASSOCIAÇÃO	17/12/1991	17/12/1991	94995	ONG - Organização Não Governamental
503135593	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAUDE DO NORTE, I.P.	29/09/1993	29/09/1993	84121	Institutos Públicos
503554286	CESAE-CENTRO DE SERVIÇOS E APOIO ÁS EMPRESAS	10/11/1995	14/11/1995	85591	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
503606251	INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO	29/11/1995	29/11/1995	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico
504329596	ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO E DEFESA DA VIDA E FAMÍLIA - VIDA NORTE	28/04/1999	12/07/1999	94995	ONG - Organização Não Governamental
504455389	ASSOCIAÇÃO DE FAMILIARES, UTENTES E AMIGOS DO HOSPITAL MAGALHÃES LEMOS	25/05/1999	25/05/1999	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)

504496140	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITO AO CRÉDITO	14/12/1998	07/05/1999	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
504646842	APPACDM DO PORTO - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL	05/06/2000	01/01/1989	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
506423301	CETA SOCIAL - COOPERATIVA DE SOLIDARIEDADE CRL	17/03/2003	28/05/2003	87301	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
506919056	PSIPORTO - CENTRO DE PSICOLOGIA LDA	05/04/2004	05/04/2004	86210	Escolas Profissionais Privadas
507811976	ENCONTRAR+SE - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL	10/10/2006	10/10/2006	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
507847121	REDE INDUCAR, CRL	16/11/2006	01/01/2007	85593	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
507878213	A3S - ASSOCIAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO SOCIAL E A SUSTENTABILIDADE DO TERCEIRO SECTOR	10/11/2006	16/11/2006	72200	ONG - Organização Não Governamental
508614090	Ágil - Associação de Jovens de Lordelo do Ouro	01/09/2008	01/09/2008	94993	Associação juvenil
509429050	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO BÁSICO DE ALDOAR DO AGRUPAMENTO VERTICAL MANOEL DE OLIVEIRA	26/05/2010	26/05/2010	94994	Associações Públicas

509906478	CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA TÊXTIL, VESTUÁRIO, CONFECÇÃO E LANIFÍCIOS (MODATEX)	04/04/2011	04/04/2011	85591	Associações Públicas
510018874	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DR. NUNO PINHEIRO TORRES	13/10/2011	06/01/2012	94995	Moradores e suas associações
510188559	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DA MOUTEIRA	12/03/2012	12/03/2012	94991	Moradores e suas associações
510834108	FREGUESIA DE ALDOAR, FOZ DO DOURO E NEVOGILDE	28/01/2013	21/10/2013	84113	Autarquias Locais
510837590	FREGUESIA DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS	28/01/2013	01/10/2013	84113	Autarquias Locais
513073884	WELCOMEHOME - COOPERATIVA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL	29/05/2014	13/06/2014	88990	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
513135758	IPSUM HOME - ASSOCIAÇÃO PARA ANALISE, APOIO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EM MATÉRIA DE CRÉDITO, SEGUROS E CONTRATOS E APOIO NO EMPREENDEDORISMO E EMPREGABILIDADE	04/06/2014	17/07/2014	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
513192280	MANOBRAS NO AR - ASSOCIAÇÃO CULTURAL	02/09/2014	01/12/2014	94991	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
513236694	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO LORDELO DO OURO	19/09/2014	19/09/2011	94991	Moradores e suas associações
600078230	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MANOEL DE OLIVEIRA, PORTO	05/02/2014	05/02/2014	85310	Estabelecimentos de Ensino Público - Agrupamentos de escolas
600078558	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS LEONARDO COIMBRA FILHO	20/07/2004	20/07/2004	85310	Estabelecimentos de Ensino Público - Básico
600084299	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS INFANTE D. HENRIQUE, PORTO		01/08/2010	85310	Estabelecimentos de Ensino Público - Agrupamentos de escolas

900114690	CENTRO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA	17/11/1980	29/10/1986	85591	Entidade equiparada a pessoa coletiva

Caracterização do DLBC

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Área Metropolitana do Porto

Grupo Ação Local

Urbano

Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Norte	Área Metropolitana do Porto	Porto	União das freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos	50,00%
Norte	Área Metropolitana do Porto	Porto	União das freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	50,00%

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

Situação atual do território

O território de intervenção prioritário desta EDL são as zonas altamente vulneráveis situadas nas uniões de freguesia de Lordelo/Massarelos e Aldoar/Foz/Nevogilde, designadamente as 150 ilhas e os 13 bairros de habitação social. Estes territórios apresentam vários indicadores que configuram espaços ecossociais de risco, tais como altas taxas de desemprego, elevado nº de beneficiários de RSI, elevado nº de jovens com NEE, insucesso escolar, elevado nº de sinalizações para a CPCJ e uma grande percentagem de moradores com baixas qualificações escolares e profissionais. Os dados relativos ao emprego e às dinâmicas económicas locais referem-se às UF, já que não existem organizados para o território exclusivo de intervenção da EDL. Contudo, a experiência de terreno direta neste território, quer da instituição promotora quer dos parceiros, corrobora a tendência apresentada para as UF, e mostra que o desemprego, a sua tipologia e consequências sociais se fazem sentir com maior expressão nestes bairros. Assim, os dados do Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto registam em Julho de 2015, 4777 indivíduos em situação de desemprego, dos quais 2271 pertencem ao sexo masculino e 2506 ao feminino. Destes, 517 têm uma idade inferior a 25 anos, 1109 estão na faixa etária entre os 25-34 anos, 1550 têm entre 35 e os 54 anos, representando 32,4% do total, tendo os restantes uma idade superior a 55 anos: 1600 indivíduos, 33,5%. Constata-se assim que a taxa de desemprego centra-se essencialmente nos indivíduos com idade superior a 35 anos (IEFP,2015). No que respeita às habilitações escolares, é nos indivíduos com escolaridade igual ou inferior ao 9º ano que se regista a maior fatia de desempregados (2607), seguindo-se, em termos de representatividade numérica, os indivíduos com o nível superior (1180), e por último, ainda que com uma diferença pouco significativa, o ensino secundário, 990 indivíduos (IEFP,2015). Da totalidade dos indivíduos inscritos no Centro de Emprego do Porto, residentes no território de incidência, 1871 estão inscritos há menos de 1 ano, e 2906 são considerados desempregados de longa duração (superior a 12meses), representando assim 60% dos inscritos. Quanto ao tipo de emprego, 342 dos inscritos encontram-se à procura de 1º emprego, 3111 à procura de novo emprego, estando ainda cerca de 879 em situação de ocupado, ou seja integrados em medidas de emprego ou a frequentar formação profissional. Como se verifica, há 1 elevado nº de desempregados com baixas qualificações escolares e profissionais e, em simultâneo, uma incapacidade por parte do tecido empresarial local em absorver estas pessoas no mercado de trabalho, dado o encerramento de várias empresas empregadoras de mão-de-obra intensiva e

desqualificada, o que explica, de certa forma, o elevado nº de desempregados de longa duração. Ainda no que concerne à qualificação dos indivíduos em análise constata-se que 38% são trabalhadores não qualificados, destacando-se a área da limpeza que representa 10% do total (498 indivíduos, maioritariamente do sexo feminino) e 7% não qualificados da área da indústria e construção (332, na sua maioria do género masculino), (IEFP, 2015). Nas UF em análise, verifica-se que a área comercial é a que regista o maior nº de desempregados inscritos com uma taxa de 11%, com elevada representatividade do sexo feminino. Do total do nº de inscritos, cerca de 69,4% não auferem subsídio de desemprego e 74% não se encontram a usufruir da medida de rendimento social de inserção. Observando o tecido empresarial das freguesias, e tendo por base o INE (2015), existem 7844 empresas formalmente constituídas, ainda que 96% das mesmas registem um volume de negócios compreendido entre 0= e <1 000 000, sendo na sua maioria microempresas e unipessoais, o que não permite dar resposta aos desempregados da do território pela falta de fluxo de recursos humanos que caracteriza esta tipologia de empresas.
Assim, o diagnóstico atual revela:
- 4777 Indivíduos formalmente desempregados; - São os indivíduos com mais de 55 anos que registam maior taxa de desemprego; - Os inscritos com maior representatividade têm escolaridade igual ou inferior ao 9º ano de escolaridade; - 60% São desempregados de longa duração e 3364 à procura de novo emprego; - 69.4% Não recebem subsídio de desemprego e 74% não recebe RSI; - 38% Dos inscritos são trabalhadores não qualificados; - 96%. As empresas registam um volume de negócios compreendido entre 0 = e < 1 000 000, sendo na sua maioria microempresas e unipessoais.
Relativamente à Educação neste território existem três grandes Agrupamentos de Escolas (A.E. Manoel de Oliveira, A.E. Leonardo Coimbra, e A.E. Infante D. Henrique), que incluem educação pré-escolar, 1º 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, abrangendo alunos/as que pertencem a grupos de classe média/baixa e baixa, provenientes maioritariamente dos 13 bairros de habitação social, muito embora o A.E. Manoel de Oliveira, esteja próximo de cooperativas de habitação e outros complexos habitacionais onde predomina a classe média. O abandono escolar nestes agrupamentos tem-se caracterizado pela sua persistência e não reintegração efetiva dos alunos no contexto escolar. Constata-se que sobretudo no AE Manoel de Oliveira grande parte dos alunos em abandono são de etnia cigana, onde a desvalorização da escola é ainda mais significativa. No A.E. Leonardo Coimbra é considerado absentismo escolar quando um/a aluno/a ultrapassou o n. de faltas injustificadas, e no A.E. Manoel de Oliveira considera-se quando um/a alno/a ultrapassou o número de faltas injustificadas a pelo menos três disciplinas. Estes números não refletem, por isso, a falta de assiduidade persistente por parte de alunos/as que frequentam a escola de forma irregular comprometendo assim o seu processo educativo, pois muitas vezes não atingem os critérios definidos pelos agrupamentos para serem considerados formalmente alunos em absentismo escolar. No entanto, faltam dias seguidos ou por períodos longos, não aparecem nos primeiros tempos letivos ou, em diferentes períodos do dia. Este fato, aparece relacionado com a falta de consciência do significado da escolarização, com o desfasamento entre a cultura da escola, as culturas juvenis e as culturas das famílias e ainda com a representação que estes jovens fazem da escola como local, não de aprendizagens formais, mas sobretudo como espaço de sociabilidades (Relatórios do AE Manoel de Oliveira; Relatório TEIP do AE Leonardo Coimbra). No que respeita ao insucesso escolar, a análise da avaliação interna dos agrupamentos TEIP nos últimos 3 anos letivos mostra, de uma forma geral, um aumento das taxas de retenção por insucesso, de acordo com o diagnóstico apresentado na 1ªfase de candidatura. O insucesso escolar está diretamente relacionado com problemáticas como a crise social, os fatores económicos (como o desemprego), uma desvalorização da escola e da formação, e ainda um grande desfasamento entre a cultura da escola (escolarização) e as culturas das famílias, cuja incidência é particularmente relevante nos bairros de habitação social. Além das problemáticas apresentadas nesta área de atuação, outros fatores foram identificados que contribuem para o insucesso escolar, nomeadamente: políticas educativas desajustadas, turmas com muitos alunos e a falta de técnicos sociais, entre outros constrangimentos que se prendem com uma educação (socialização) muito centrada em resultados. Aliada a estas questões, estão ainda intimamente ligados fatores de pobreza cultural, social e financeira, habitação, saúde e alimentação. Outra questão com expressiva incidência é a indisciplina, fortemente correlacionada com o sucesso escolar, e que nos 2 agrupamentos tem vindo a aumentar cerca de 40% nos últimos 3 anos letivos. Existe ainda a perceção de uma dificuldade em articular de forma eficaz e de intervir de forma integrada com todos os intervenientes significativos no percurso escolar dos educandos (escola, dispositivos de justiça de menores, dispositivos de saúde, instituições de apoio à infância e juventude). No percurso escolar destes jovens é ainda de salientar a falta de políticas especificas para a infância que permitam ultrapassar as dificuldades de transição do pré-escolar para o 1º ciclo do EB. O n. de alunos sinalizados com dificuldades de aprendizagem e necessidade de acompanhamento psicossocial é elevado sendo que na AE Leonardo Coimbra centram-se sobretudo ao nível do domínio cognitivo e emocional, associado a comportamentos disruptivos. Verifica-se ainda na educação pré-escolar e o 1º ciclo E.B. dificuldades na oralidade. No presente ano letivo 2014/2015, 42 alunos no

agrupamento apresentam necessidades educativas especiais, registam-se ainda 43 alunos com apoio educativo no 1º ciclo e 371 alunos com apoio pedagógico acrescido no 3º ciclo (a Português, Inglês e Matemática). Neste agrupamento estão referenciados para o acompanhamento ao nível psicológico, social e educativo um total de 97 alunos (AE Leonardo Coimbra, 2015). Relativamente ao AE Manoel de Oliveira, no ano letivo de 2013/2014 existiam 44 alunos com necessidades educativas especiais (NEE) correspondendo a 22 no 1º ciclo e 22 no 2º e 3º ciclos, e com uma resposta de 4 professores de Educação Especial. Na E.B.1 do Bom Sucesso (A.E. Infante D. Henrique), registaram-se no último ano letivo 13 alunos com NEE e 45 alunos com apoio educativo, distribuídos por todos os anos, ainda que com maior incidência no 2º e 4º ano. É também importante referir que é notória a dificuldade na adaptação e aprendizagem no 1º ciclo, sobretudo na transição para o 2º ano, dos alunos que não frequentaram o pré-escolar.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

Novo Quadro Comunitário;
Medidas e Programas de Emprego do IEFP;
Medidas de incentivo às PME´S;
Projetos de intervenção social local;
Empreendedorismo intergeracional;
Valorização da experiência de vida através da partilha dos saberes;
Rede de associações com saber fazer;
Valorização do eixo inclusão do P2020;
Valorização e dinamização de produtos, atividades e respostas já existentes na comunidade;
Rentabilização da experiência de trabalho em rede, implementando práticas de intervenção integrada mais eficazes.

Principais Ameaças

Contexto socioeconómico de Portugal;
Tipologia do desemprego (longa duração em população mais velha; desemprego por género);
Elevado número de residentes sem apoios sociais;
Parcas respostas de emprego;
Dificuldade de subsistência das empresas do território;
Território marcado por fenómenos de marginalidade avançada e criminalidade;
Curta duração dos financiamentos dos projetos

Principais Pontos Fortes

Principais Pontos Fracos

Existência no território de:
Diversas entidades de formação e associações empresariais;
Entidades ligadas à criação de negócio/empreendedorismo;
Redes de intervenção local centradas numa perspetiva humanista;
Espaços verdes potenciadores de qualidade de vida, emprego e integração/inovação social;
Localização geográfica estratégica;
Redes de vizinhança consolidadas;
Várias associações de moradores e coletividades locais;
Associações com respostas implementadas e diversidade (de tipologia) de respostas assistenciais;
Instituições de ensino básico, secundário e superior;
Agrupamentos de escolas com oferta de cursos profissionais de dupla certificação;
Associações da comunidade que promovem atividades de caráter lúdico-expressivo, artístico, cultural e desportivo;
Instituições de apoio à infância e juventude.

Tecido empresarial frágil (pela tipologia de empresas existentes na zona geográfica- Micro empresas.)
Baixas qualificações dos desempregados inscritos
Desresponsabilização por parte da população na definição do seu projeto de vida profissional
Segmentação do desemprego
Discrepância entre as qualificações profissionais e exigências legais
Inexistência de dados desagregados por freguesia
Aumento e agravamento das situações de pobreza
Desfasamento entre a cultura da escola e a cultura de origem das crianças e jovens
Baixas qualificações escolares dos encarregados de educação e fraco envolvimento no percurso escolar dos seus educandos
Desvalorização da imagem da escola
Respostas pouco adequadas para combater a falta de motivação, falta de concentração e de ritmo de trabalho dos alunos
Desarticulação entre os atores da comunidade educativa

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Em sede de diagnóstico foram identificados como factores constituintes de desafio algumas das características endógenas do tecido empresarial local como, por exemplo, o facto deste se constituir maioritariamente, por empresas unipessoais. Para além da baixa capacidade de gerar emprego, de se expandirem e muitas vezes de serem sustentáveis, este perfil de empresas é, não raras vezes, liderado por empresários com baixas qualificações e por isso, limitadas competências ao nível de gestão e desenvolvimento do negócio. Pelo que os dados indicam a maioria dos empregos existentes no território do GAL Porto Ocidental, dedicamse aos serviços e ao comércio a retalho. Estas áreas não criam tanto emprego como as áreas de negócio de mão de obra-intensiva e originam maior rotação e precaridade dos empregos . Destaca-se também a discrepância constatada entre o perfil profissional e escolar dos desempregados e as ofertas de emprego existentes, tal como, a atitude desresponsabilizadora do desempregado face a definição do seu próprio plano de emprego. A tipologia de desemprego terá que ser encarado como um desafio, tendo em conta que, a longa duração do mesmo, o género e a idade dos desempregados, serão factores de resistência ao emprego, por parte de empregadores e desempregados. Enorme desafio é também é a adequação das características escolares e profissionais da população às exigências implicadas na criação por exemplo de micro empresas ou outras iniciativas de empreendedorismo. Quanto ao ensino, as baixas qualificações escolares dos encarregados de educação e o facto de muitas famílias serem multiproblemáticas são factores que constituem desafios , já que a comunidade, tende a desvalorizar a importância da escola. Por outro lado, há também por parte da Escola alguma dificuldade na adopção de estratégias que facilitem a aproximação aos alunos, às famílias e à própria comunidade.
Factores de sucesso Existe uma grande diversidade de intervenções sociais, que são promovidas a partir das próprias comunidades, por instituições, associações e colectividades, há muito implementadas no terreno e com uma visão de intervenção que valoriza a lógica comunitária, existindo assim uma considerável representatividade ao nível do tecido social e institucional. Encontram-se, situadas no território, várias organizações ligadas ao empreendedorismo e apoio a PME´s, de mérito reconhecido, tal como existem no território, algumas instituições que já se dedicam, com sucesso, ao desenvolvimento de startups sociais. A geografia que do território também se constitui como um factor promotor de sucesso, pois apresenta uma elevada atractividade para a criação de negócios ligados ao turismo e hotelaria, bem como a de organização de eventos. Por seu lado, na educação, os agrupamentos das escolas que fazem parte da parceria, dispõe de uma oferta de cursos profissionais de dupla certificação, bem como são considerados TEIP e dispõem de programas PIEF. Existe uma significativa representatividade de instituições de apoio a infância e juventude, respostas geridas por instituições com tradição e experiência na área. Refere-se também a capacidade instalada para a promoção de actividades lúdico-expressivas, artísticas, culturais e desportivas que existe no território seleccionado.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

A prossecução desta estratégia, procura maximizar os benefícios que decorrem da articulação entre as intervenções comunitárias já existentes no território, numa visão de conjunto, na criação de maisvalias do funcionamento em rede e de sinergias que favoreçam o enquadramento técnico, metodológico e de recursos no sentido de ampliar e reforçar as potencialidades dessas mesmas intervenções locais de base comunitária. Tendo presentes as áreas de atuação/tipologias de intervenção estabelecidas pelas orientações da candidatura e financiamento inerentes ao instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária, são objetivos estratégicos da EDL:
1-Promover mecanismos de incentivo e suporte à criação do próprio emprego para indivíduos com potencial empreendedor.
2- Incentivar iniciativas de empreendedorismo social .
3- Promover a revitalização do tecido empresarial existente.
4- Promover medidas de prevenção do abandono, absentismo e insucesso escolar, adequadas e focalizadas para os diferentes níveis de ensino.
Estes objectivos estratégicos estruturam-se em 2 grandes eixos de trabalho que correspondem às duas áreas temáticas dos DLBC Urbanos: Emprego e empreendedorismo e Prevenção do Abandono Escolar.
No que respeita ao Eixo 1- Emprego e Empreendedorismo e Inovação Social, a atuação da EDL contribui com ações/projetos que conduzem ao reforço das competências pessoais e sociais, para a dinamização dos tecidos económicos locais e ao fomento de condições favoráveis à criação de negócios e ao empreendedorismo. Assume, assim, como sendo objetivo central de atuação, dar resposta aos elevados

níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza através da dinamização da economia local, da revitalização dos mercados locais, bem como o estímulo à inovação social em busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social no território , desenhando estratégias de desenvolvimento integradas consolidadas em parcerias e centradas na durabilidade dos resultados e dos efeitos, concorrendo desta forma para o cumprimentos das metas definidas.
São objectivos estratégicos do Eixo 1- Emprego, empreendedorismo e inovação social:
1) A promoção de mecanismos de incentivo e suporte à criação do próprio emprego para indivíduos com potencial empreendedor, concorre para a PI 8iii Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras do eixo prioritário 6 Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores do PO do Norte , e PI8a alínea b)Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho financiada respectivamente pelo FSE e FEDER.
2) Incentivo de iniciativas de empreendedorismo social , que concorrem para a PI 8a alínea e) Projectos de empreendedorismo social, bem como a promoção de satrtups sociais, financiado pelo FEDER.
3) A promoção e revitalização do tecido empresarial existente, que concorre para a PI 8a alínea g).

Assim, os objectivos específicos consistem em:
A – Sensibilização, dinamização e capacitação de agentes da comunidade local para a criação de micro empresas e de projectos de empreendedorismo social.
B – Apoio financeiro a pessoas com capacidade empreendedora para a criação do seu próprio emprego.
C- Apoio ao tecido empresarial local, nomeadamente as PME´s, com vista à sua expansão e sustentabilidade

Relativamente ao Eixo 2- Redução e Prevenção do Abandono Precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação, que corresponde à Prioridade de Intervenção 10.i e no enquadramento da política educativa da educação municipal. A EDL pretende atuar na promoção dos factores de protecção comunitários fortemente implicados na promoção do sucesso escolar, quer por via da criação de recursos qualificados para os diferentes níveis de ensino, quer por via da implementação de metodologias informais e não formais que possam favorecer a integração das crianças e jovens em percursos de educação/formação estruturados. A visão estratégica deste eixo para o território pretende uma actuação fundamentalmente preventiva e não apenas remediativa, pelo que se procurará dar relevo a projetos orientados para a 1ª infância, numa lógica de intervenção precoce, em coerência com a análise SWOT realizada. Esta área temática assenta no seguinte objetivo estratégico:
4- Promoção de medidas de prevenção do abandono, absentismo e insucesso escolar, adequadas e focalizadas para os diferentes níveis de ensino.
Concorrem para o cumprimento deste objetivo estratégico, os seguintes objetivos específicos:
A-Potenciar a cooperação entre as instituições, as crianças e jovens e as famílias para a construção de percursos escolares positivos, com especial enfoque na primeira infância.
B-Promoção de medidas de prevenção do abandono, absentismo e insucesso escolar, adequada e focalizadas para os diferentes níveis de ensino.
C-Estimular o associativismo valorizando o papel das associações de pais/encarregados de educação e de estudantes na promoção do sucesso educativo.
D-Promover programas de educação/aprendizagem não formal na escola e na comunidade em articulação com os níveis de educação formal e informal.
E-Promover a partilha de boas práticas entre os diferentes agentes educativos (pessoal docente e não docente).

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

O GAL do Porto Ocidental tem como finalidade a concretização de uma Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), cuja conceção assentará nos recursos e potencialidades do território, sendo dinamizada através do envolvimento dos diferentes atores locais.
O modelo de participação e organização dos parceiros na implementação da EDL, apresentada no Modelo de Governação, desde logo garante que a EDL, seja dinamizada, executada, gerida, monitorizada e avaliada de forma eficiente, transparente e participada.
Prevê-se a criação de uma estratégia de comunicação facilitada e constante que acontecerá fundamentalmente através de criação de instrumentos criados para o efeito.
Numa escala de maior dimensão, será criado um Plano de Comunicação e Marketing com recurso aos meios de comunicação locais e regionais, criação de um website e de outros mecanismos para a publicitação e divulgação de ações/atividades, como campanhas, agendas promocionais, newsletter´s. Esta estratégia de comunicação será assegurada, de forma constante, pela equipa técnica do GAL e passará também pela criação de mecanismos que permitirão a disseminação de informação por todos os parceiros e para a comunidade em geral.
Assim, os dispositivos que serão disponibilizados para assegurar a efetiva participação de todos os atores territoriais passarão por:
- Convocação de sessões públicas com o objetivo de divulgar e apresentar a EDL do GAL Porto Ocidental;
- Dinamização de ações de mobilização e envolvimento dos atores locais do território no processo de implementação e avaliação da EDL;
- Promoção de reuniões de trabalho/momentos formativos, com todos os atores locais, descentralizadas por todo o território e focalizadas em temas e/ou setores;
- Desenvolvimento de ações necessárias para auscultar outros stakeholders, cujos contributos sejam reconhecidos como fundamentais para o processo de implementação da estratégia;
- Organização de Seminários/Conferências periódicas com participação de todos os representantes/membros da parceria, sendo estes momentos, espaços privilegiados para troca/partilha de informações, de cruzar e disseminar saberes e boas práticas, sobre o desenvolvimento local de base comunitária em contexto urbano.
Todos estes dispositivos/mecanismos procurarão estimular e consagrar formas de participação quer das populações, dos tecidos institucionais locais e das próprias comunidades, nos processos de desenvolvimento local de base comunitária.
Para a animação e promoção do território será utilizado os dispositivos criados no âmbito do Plano de Comunicação e Marketing, isto num âmbito mais macro, e ao nível micro, serão utilizados os dispositivos das instituições parceiras, aproveitando todos os momentos lúdico e recreativos dos mesmos, para a divulgação e promoção das diferentes ações a protagonizar pelo GAL Porto Ocidental.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

A EDL Porto Ocidental é coerente com a EIDT NUTSIII, da Estratégia AMP2020 nomeadamente nos seguintes Objetivos Temáticos:
OT 8 – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores.
Concorre para o Objetivo Especifico 8.3 - Apoiar, de forma estruturada e sustentada, o autoemprego, a criação de micro e pequenas empresas, o empreendedorismo e o empreendedorismo social.
Concorre com os OT os eixo I e III da EDL, designadamente:
Inclusão ativa, promoção da Igualdade de Oportunidades e Promoção da Empregabilidade e a Criação próprio emprego, empreendedorismo e inovação social.
Do OT 10 – Investir na educação na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida.
Concorre para o Objetivo Especifico:
OE 10.1 - Reduzir o abandono e o insucesso escolar na AMP, privilegiando as intervenções integradas e as parcerias territoriais e apoiando o desenvolvimento de competências e de condições (sociais, económicas, culturais, institucionais, etc.) que permitem à população em idade escolar aceder aos benefícios da educação. Da EDL apresentada, é o eixo II - Redução e Prevenção do Abandono Escolar Precoce e Promoção da Igualdade de Acesso a um Ensino de Boa Qualidade, que concorre para a coerência com este OT.

Programa de Ação e Investimentos

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

A prossecução desta estratégia, procura maximizar os benefícios que decorrem da articulação entre as intervenções comunitárias já existentes no território, numa visão de conjunto, na criação de maisvalias do funcionamento em rede e de sinergias que favoreçam o enquadramento técnico, metodológico e de recursos no sentido de ampliar e reforçar as potencialidades dessas mesmas intervenções locais de base comunitária. Tendo presentes as áreas de atuação/tipologias de intervenção estabelecidas pelas orientações da candidatura e financiamento inerentes ao instrumento Desenvolvimento Local de Base Comunitária, são objetivos estratégicos da EDL: 1-Promover mecanismos de incentivo e suporte à criação do próprio emprego para indivíduos com potencial empreendedor. 2- Incentivar iniciativas de empreendedorismo social . 3- Promover a revitalização do tecido empresarial existente. 4- Promover medidas de prevenção do abandono, absentismo e insucesso escolar, adequadas e focalizadas para os diferentes níveis de ensino. Estes objectivos estratégicos estruturam-se em 2 grandes eixos de trabalho que correspondem às duas áreas temáticas dos DLBC Urbanos: Emprego e empreendedorismo e Prevenção do Abandono Escolar. No que respeita ao Eixo 1- Emprego e Empreendedorismo e Inovação Social, a atuação da EDL contribui com ações/projetos que conduzem ao reforço das competências pessoais e sociais, para a dinamização dos tecidos económicos locais e ao fomento de condições favoráveis à criação de negócios e ao empreendedorismo. Assume, assim, como sendo objetivo central de atuação, dar resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza através da dinamização da economia local, da revitalização dos mercados locais, bem como o estímulo à inovação social em busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social no território , desenhando estratégias de desenvolvimento integradas consolidadas em parcerias e centradas na durabilidade dos resultados e dos efeitos, concorrendo desta forma para o cumprimentos das metas definidas. São objectivos estratégicos do Eixo 1- Emprego, empreendedorismo e inovação social: 1) A promoção de mecanismos de incentivo e suporte à criação do próprio emprego para indivíduos com potencial empreendedor, concorre para a PI 8iii Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras do eixo prioritário 6 Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores do PO do Norte , e PI8a alínea b)Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho financiada respectivamente pelo FSE e FEDER. 2) Incentivo de iniciativas de empreendedorismo social , que concorrem para a PI 8a alínea e) Projectos de empreendedorismo social, bem como a promoção de satrtups sociais, financiado pelo FEDER. 3) A promoção e revitalização do tecido empresarial existente, que concorre para a PI 8a alínea g). Assim, os objectivos específicos consistem em: A – Sensibilização, dinamização e capacitação de agentes da comunidade local para a criação de micro empresas e de projectos de empreendedorismo social. B – Apoio financeiro a pessoas com capacidade empreendedora para a criação do seu próprio emprego. C- Apoio ao tecido empresarial local, nomeadamente as PME´s, com vista à sua expansão e sustentabilidade. Resultados Esperados para o Eixo 1: De acordo com a dotação proposta, 1 0625000.00 para a PI 8iii (FSE), prevê-se o apoio 29 pessoas em 2018 e 48 em 2023. No fundo FEDER, para o eixo 1, na PI 8a alínea b) com a dotação proposta de 635 000.00, prevê-se o apoio a 6 empresas e a criação de 32 postos de trabalho. Para a PI 8a alínea e) com a dotação proposta de 200 000.00, espera-se apoiar 2 empresas e a criação de 10 postos de trabalho. Quanto à PI 8a alínea g) com a dotação de 402 500.00, prevê-se o apoio a 4 empresas e a criação de 20 postos de trabalho.
Relativamente ao Eixo 2- Redução e Prevenção do Abandono Precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação, que corresponde à Prioridade de Intervenção 10.i e no enquadramento da política educativa da educação municipal. A EDL pretende atuar na promoção dos factores de protecção comunitários fortemente implicados na promoção do sucesso escolar, quer por via da criação de recursos qualificados para os diferentes níveis de ensino, quer por via da implementação de metodologias informais e não formais que possam favorecer a integração das crianças e jovens em percursos de educação/formação estruturados. A visão estratégica deste eixo para o território pretende uma actuação fundamentalmente preventiva e não apenas remediativa, pelo que se procurará dar relevo a projetos orientados para a 1ª infância, numa lógica de intervenção precoce, em coerência com a análise SWOT realizada. Esta área temática assenta no seguinte objetivo estratégico: 4- Promoção de medidas de prevenção do abandono, absentismo e insucesso escolar, adequadas e focalizadas para os diferentes níveis de ensino. Concorrem para o cumprimento deste objetivo estratégico, os seguintes objetivos

específicos: A-Potenciar a cooperação entre as instituições, as crianças e jovens e as famílias para a construção de percursos escolares positivos, com especial enfoque na primeira infância. B-Promoção de medidas de prevenção do abandono, absentismo e insucesso escolar, adequada e focalizadas para os diferentes níveis de ensino. C-Estimular o associativismo valorizando o papel das associações de pais/encarregados de educação e de estudantes na promoção do sucesso educativo. D-Promover programas de educação/aprendizagem não formal na escola e na comunidade em articulação com os níveis de educação formal e informal. E-Promover a partilha de boas práticas entre os diferentes agentes educativos (pessoal docente e não docente). Resultados esperados: De acordo com a dotação proposta para a PI 10i financiada pelo FSE, no montante de 1 000 000.00, prevê-se, num universo de aproximadamente 1200 alunos provenientes do território de intervenção da EDL, que frequentam os 3 agrupamentos de escolas, abranger 50%em 2018 e 90% até 2023. Este indicador de resultado atingir-se-à pela execução de 2 iniciativas concorrentes para os objetivos da política educativa de âmbito regional.

Definição da estratégia de desenvolvimento local

A EDL foi concebida tendo por alinhamento a estratégia preconizada pela AMP e quer contribuir, nas competências que lhe foram atribuídas, para atingir os resultados aí descritos ao nível do: Aumento do emprego, empreendedorismo e inovação social Redução e Prevenção do Abandono Precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação A materialização da estratégia, que dará origem a uma multiplicidade de projetos e operações, será desenvolvida em 2 eixos fundamentais, cujos objetivos operacionais e específicos encontram-se descritos no item anterior. A estratégia do GAL Porto Ocidental nas vertentes de emprego e empreendedorismo foi delineada com o intuito de servir de suporte à (re)integração de indivíduos no mercado de trabalho. Numa 1ª fase consistirá no desenvolvimento de uma política de sensibilização do DLBC e dos pressupostos do mesmo aos destinatários, sendo que se prevê que este, dada importância do mesmo, seja realizado in loco, bairro a bairro. A fase de Acolhimento/Avaliação, transversal a todos os percursos, serve essencialmente 3 objetivos: - Dar a conhecer aos destinatários as alternativas de percursos existentes via GAL - Avaliação do perfil do individuo - Apoio à capacitação do individuo de acordo com o seu perfil no circuito emprego/empreendedorismo/formação, designadamente pela rentabilização dos recursos disponíveis na rede de parceiros. A criação do auto emprego em áreas consideradas lacunares no território e adaptadas ao perfil dos destinatários. Exemplo de algumas áreas de negócio com potencial neste território é o turismo de proximidade, produtos regionais assentes na revitalização de áreas tradicionais e industrias que já tiveram expressão no passado, organização integrada de eventos e multi serviços de proximidade, entre outros. Ainda na vertente do emprego, a estratégia pretende dar apoio à expansão de microempresas já existentes de base local, com vista à revitalização do tecido económico local. No que respeita ao abandono escolar a estratégia pretende incidir numa lógica de promoção dos fatores protetores da comunidade educativa. Procuram-se, por via da dinamização de iniciativas concorrentes para os objectivos da política educativa de âmbito regional, desenvolver mecanismos de articulação entre a escola e a comunidade, designadamente as famílias, mas também articulação ao nível das instituições e equipamentos sociais na área da infância e juventude. Pretende-se concertar visões e rentabilizar recursos bem como capacitar atores chave por via da organização de espaços colaborativos de discussão de metodologias e práticas pedagógicas numa visão integral do aluno e da criança. Pretende-se também implementar mecanismos de intervenção precoce fundamentais para a promoção do sucesso educativo, que poderão qualificar os profissionais e as famílias e dar resposta a questões desenvolvimentais da 1ª infância.

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	P8iii b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	29,00	48,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00	1 062 500,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	P10i d) Outras iniciativas concorrentes para os objetivos da política educativa de âmbito regional	Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar	1,00	1,00	Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado	1,00	1,00	1 000 000,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	P8a b)Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendem voltar ao mercado de trabalho; Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de startups sociais;	Empresas que beneficiam de apoio	6,00	32,00	Postos de trabalho criados	9,00	44,00	635 000,00€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	P8a e) Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de startups sociais	Empresas que beneficiam de apoio	2,00	10,00	Postos de trabalho criados	3,00	14,00	200 000,00€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	P8a g)Projetos de investimento para a expansão de pequenas e micro empresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos do artesanato e da economia verde, incluindo desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas	Empresas que beneficiam de apoio	4,00	20,00	Postos de trabalho criados	6,00	28,00	402 500,00€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Efeito multiplicador				Em 2018 o efeito multiplicador é de 0,8 o que resulta em 9 900€; em 2023 é de 1,4, o que resulta em 17 325 €.	0,80	1,40	0,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	10i d) Outras iniciativas concorrentes para os objetivos da política educativa de âmbito territorial				Alunos abrangidos	600,00	1000,00	1 000 000,00€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	10id) Outras iniciativas concorrentes para os objetivos da política educativa de âmbito territorial	Iniciativas concorrentes para os objetivos da política educativa de âmbito regional	6,00	10,00				1 000 000,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FSE	2 062 500,00€
FEDER	1 237 500,00€
Total	**3 300 000,00€**

Pressupostos

Quanto aos objetivos que visam as ações do eixo 1- Emprego, empreendedorismo e Inovação Social, a dotação proposta é de 1 0625000.00 para a PI 8iii (FSE), prevendo-se o apoio a 29 pessoas em 2018 e 48 em 2023. No fundo FEDER, para o eixo 1, na PI 8a alínea b) com a dotação proposta de 635 000.00, prevê-se o apoio a 9 empresas e a criação de 44 postos de trabalho. Para a PI 8a alínea e) com a dotação proposta de 200 000.00, espera-se apoiar 3 empresas e a criação de 14 postos de trabalho. Quanto à PI 8a alínea g) com a dotação de 402 500.00, prevê-se o apoio a 6 empresas e a criação de 28 postos de trabalho. Quanto aos objetivos que visam as ações do eixo 2- Redução e Prevenção do Abandono Precoce e Promoção da Igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação, a dotação proposta para a PI 10i financiada pelo FSE, é de 1 000 000.00, prevendo-se que, num universo de aproximadamente 1200 alunos provenientes do território de intervenção da EDL, que frequentam os 3 agrupamentos de escolas, abranger 50% em 2018 e 90% até 2023. Este indicador de resultado atingir-se-à pela execução de 2 iniciativas concorrentes para os objetivos da política educativa de âmbito regional.

Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)

Não Aplicável.

Modelo de Governação

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

Modelo de Governação GAL Porto Ocidental
Entidade Gestora do GAL: ADILO
O modelo de gestão e organização que assegura a prossecução da EDL tem os seguintes órgãos:
1- Conselho de Parceiros
2- Conselho Executivo

1.Conselho de Parceiros
1.1 Constituição
O conselho de parceiros é uma estrutura onde têm assento todos os representantes das entidades que integram a parceria, inclusive o conselho executivo, sendo um órgão com caráter deliberativo.
1.2. Objectivos
Pretende-se fomentar a colaboração em pé de igualdade e equitativa entre todos os parceiros, fundada em relações de reciprocidade, nas quais recursos, capacidades e riscos são partilhados na prossecução de ações multidimensionais não alcançáveis por entidades isoladamente.
1.3. Competências
Compete ao Conselho de Parceiros, analisar, avaliar e emitir pareceres vinculativos sobre todo o processo de implementação da EDL, nomeadamente:
a) Definir estratégias globais para o território no âmbito das áreas de intervenção do Gal Porto Ocidental
b) Solicitar e apreciar relatórios das ações e projetos desenvolvidos pelo GAL Porto Ocidental;
c) Apreciar e emitir parecer sobre os relatórios de execução técnica e financeira que lhe sejam enviadas pelo Conselho Executivo;
d) Retificar os projetos aprovados em sede de Conselho Executivo.
e) Eleger e destitui, por maioria qualificada, o Conselho Executivo.
f) Aprovar o Regulamento Interno do GAL Porto Ocidental.

2. O Conselho Executivo
O Conselho Executivo é o órgão executivo da parceria e é presidido pela entidade gestora.
2.1. Constituição
O Conselho Executivo é constituído pelas seguintes entidades e respetivos representantes:
ADILO- Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro- Carla Sofia Maia
União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde – Nuno Ortigão
União de Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos- Mimosa Gomes de Pinho
Associacão de Moradores da Mouteira – Serafim Heitor

Psiporto – Natacha Teixeira
ANE – Isabel Martins
Agrupamento Escolas Manoel de Oliveira – Arnaldo Lucas
2.2. Competências
Ao Conselho Executivo compete:
a) Garantir a execução das deliberações do Conselho de Parceiros, assegurando a execução e coordenação técnica das ações e projetos.
b) Manter o circuito de comunicação entre os vários órgãos que constituem a EDL e população do território.
c) Convocar assembleias gerais do Conselho de Parceiros.
d) Manter a comunicação com os órgãos gestores ±CCDRN.
e) Facilitar as relações de proximidade e confiança entre os atores e os setores da comunidade, garantindo que as necessidades locais são consideradas e/ou integradas nos planos de desenvolvimento local.
f) Fazer propostas de aprovação dos projetos após pareceres da Equipa Técnica Local.
g) Submeter ao Conselho de Parceiros as Propostas de Aprovação para ratificação.
3. Estrutura Técnica Local
3.1. Constituição
A Estrutura Técnica Local é constituída por técnicos superiores da área das Ciencias Sociais e Humanas.
3.2 Competências
Compete à ETL dar parecer sobre os projectos submetidos para apreciação, bem como dinamizar procedimentos de activação da comunidade local. Compete ainda à ETL dinamizar mecanismos e instrumentos de avaliação do GAL e do cumprimento da EDL.

4. Processos de Decisão
Os projetos submetidos ao GAL serão enviados para a estrutura técnica local que obrigatoriamente terá que emitir parecer. Após esse parecer, o projeto será submetido à deliberação do Conselho Executivo. Este Conselho tomará uma decisão sobre os projetos tendo em conta os pareceres anteriormente referidos.A decisão final da proposta de aprovação a enviar à CCDRN só será valida após a ratificação pelo Conselho de Parceiros.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

Uma das funções atribuídas à Estrutura Técnica Local é desenvolver um sistema de avaliação qualitativo da EDL e respetivas estruturas subjacentes, com base em indicadores pré-definidos.
Esta avaliação é vista como uma parte integrante do projeto, a um nível macro, e por isso será realizada a 360 graus, ou seja envolvendo toda a comunidade e parceiros implicados na execução, nomeadamente através da identificação dos pontos fracos e fortes, avaliação da qualidade dos recursos afetos, as necessidades de ajustamento à realidade com vista à prossecução dos objetivos.

A metodologia de avaliação do processo, transversal a todas as áreas de implementação da EDL, deverá assentar na construção de instrumentos que desde logo comprovem a execução das ações e que permitam aferir o cumprimento dos seus objetivos. De acordo com os princípios participativos da EDL, todos os parceiros e comunidade deverão ser envolvidos na avaliação. Esta recairá sobre uma dimensão da satisfação/reação, bem como sobre uma dimensão de eficácia, isto é, identificando os pontos fortes e fracos na implementação da ação, a pertinência e adequabilidade dos recursos materiais, as dificuldades sentidas pelos participantes e as sugestões de melhoria. Será assim construída uma grelha de análise que integre estes aspetos, a ser aplicada nas diferentes ações. A análise destas grelhas será periodicamente realizada pela estrutura técnica da EDL e devolvido aos parceiros e à comunidade, constituindo por si só um output fundamental para validação da qualidade do processo de desenvolvimento local, e das adequações que certamente serão necessárias realizar. Será com base nestes instrumentos que se elaborarão relatórios que orientarão o conselho executivo de acordo com o modelo de funcionamento da parceria que deles dará conhecimento ao Conselho de Parceiros.
Os resultados da avaliação de satisfação e eficácia permitirão assim inferir a capacitação e formação dos interventores locais, sejam eles parceiros, técnicos ou comunidade.
A metodologia de avaliação até agora descrita, em termos de procedimentos e instrumentos, será o referencial para monitorizar e avaliar a EDL. A avaliação da EDL será feita numa metodologia de avaliação continua quer por parte da Estrutura Técnica quer por parte dos órgãos que compõe a parceria. Os resultados dessa avaliação serão sistematizados e analisados num relatório de periodicidade anual, a ser apresentado pela equipa técnica local ao conselho executivo que o submeterá para apreciação ao conselho de parceiros, que emitirá parecer sobre esse relatório bem como as estratégias de ajustamento que eventualmente seja necessário fazer à EDL. Estes relatórios deverão conter os seguintes elementos de avaliação:
1 - Caracterização pormenorizada e contextualizada sobre os projetos implementados, referindo nomeadamente:
• Postos de trabalho apoiado: Número de postos de trabalho apoiados pela(s) medida(s) em comparação com os objetivos iniciais.
• Número de empresas apoiados pela medida versus número de empresas previstas.
• Número de indivíduos abrangidos pela(s) medida(s) versus numero de indivíduos previstos.
• Escolas envolvidas: número de escolas envolvidas
• Numero de Planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar
• Numero de crianças apoiadas

2. - impacto a nível macro e micro das políticas ativas de emprego e educação a nível do eixo/medida e a nível de projetos individualizado)
3.- adequação das atividades desenvolvidas à análise swot efetuada
4. - desvios que possam comprometer os objetivos e metas definidos na EDL.

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-077.pdf	27/07/2015 16:47	108743950
Outros	Residentes_GAL Porto Ocidental.pdf	14/12/2015 15:37	108743950
Outros	Georeferenciação_Ilhas Lordelo.zip	15/12/2015 17:02	108743950
Outros	Modelo de Governação GAL.docx	30/09/2015 16:03	108743950
Outros	Carta de compromisso IEFP.pdf	27/07/2015 16:39	108743950
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Órgão de gestão e ET.docx	30/09/2015 15:41	108743950
Outros	ILHAS.pdf	15/12/2015 17:03	108743950
Outros	Adenda.docx	30/09/2015 13:19	108743950
Protocolo de parceria	Acordo de Parceria- final.pdf	29/09/2015 19:39	108743950
Outros	Tipologia Indicadores final.xlsx	14/12/2015 15:35	108743950
Outros	Georeferenciação_Poligonos.rar	14/12/2015 15:36	108743950
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-077.pdf	30/09/2015 16:10	

Resumo dos Dados:

Nome Beneficiário	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE LORDELO DO OURO	NIF	503494631
Submetido por	AGOSTINHO BARBOSA VIEIRA RODRIGUES SILVESTRE	NIF	108743950
Data de Submissão	15-12-2015		

Anexo 2

Território de Intervenção - GAL Porto Ocidental

Freguesia	Bairro	N.º Residentes Habitações
ALDOAR	Fonte da Moura	1573
	Aldoar	1100
LORDELO DO OURO	Agrupamento Habitacional das Condominhas	186
	Agrupamento Habitacional Pasteleira	983
	Mouteira	849
	Pasteleira	1625
	Rainha D. Leonor	365
	Bessa Leite	46
	Lordelo	457
	Aleixo	960
	Dr. Nuno Pinheiro Torres	1121
MASSARELOS	Bom Sucesso	236
	Conjunto Habitacional Parceria Antunes	153
	Total de residentes habitações	**9654**

União de Freguesias	Freguesia	N.º Residentes Ilhas
União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	Aldoar	197
	Nevogilde	287
	Foz do Douro	72
União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos	Lordelo	475
	Massarelos	327
	Total de residentes ilhas	**1358**
	TOTAL (residente habitações + Ilhas)	**11012**

Anexo 3

Investimento, Ações e Metas: DLBC Urbana 99-2015-02-077 – Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro

PI	Fundo	Eixo/Medida	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
9.6	FSE	**8iii** b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	29	48	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	40%	50%	1 062 500,00
	FSE	**10i** d) Outras iniciativas concorrentes para os objetivos da política educativa de âmbito regional.	Iniciativas concorrentes para os objetivos da política educativa estabelecidas na EDL	6	10	Alunos abrangidos	600	1 000	1 000 000,00
								Total FSE	**2 062 500,00**
9.10	FEDER	**8a** b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Empresas que beneficiam de apoio	6	32	Postos de trabalho criados	9	44	635 000,00
	FEDER	**8a** e) Projetos de empreendedorismo social, bem como a promoção de startups sociais.	Empresas que beneficiam de apoio	2	10	Postos de trabalho criados	3	14	200 000,00
	FEDER	**8a** g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.	Empresas que beneficiam de apoio	4	20	Postos de trabalho criados	6	28	402 500,00
	FEDER		Nº Estratégias	1	1	Efeito Multiplicador do Investimento público no investimento Privado	0,8	1,4	-
								Total FEDER	**1 237 500,00**
								Total	**3 300 000,00**